

Clipping n° 1018

, 21 Junho 2012 - 13:19:49

Até 2014, 38% do faturamento do mercado gráfico será digital

As mudanças no modelo de utilização de mídias, cada vez mais interativas, estão tornando a comunicação mais efetiva, e demandando a customização, e não apenas a personalização, afirmou, durante a Conferência Internacional de Impressão Digital, Hamilton Terni Costa, consultor empresarial e empreendedor, ex-presidente da ABRAFORM e ABTG, e diretor geral da AN Consulting. O trabalho sob demanda, a velocidade e a sustentabilidade seriam alguns dos fatores-chaves nesse novo modelo de negócios. Apresentando dados da Pira International (Printing Industry Research Association) sobre o crescimento da indústria gráfica mundial, Hamilton demonstrou que, em termos mundiais, o faturamento do digital já representaria 22% do total da indústria de impressão. E a previsão é que 38% do faturamento será digital até 2014. Segundo o especialista, no mercado brasileiro, a projeção de aplicação está mais concentrada em livros e mala-direta. Pela última pesquisa de mercado do GEDIGI, divulgada em 2010, o mercado digital cresceu a faixa de 34% em 2010. Em 2012 deverá chegar a 10% da indústria de impressão gráfica. Entre as cadeias de valor do setor gráfico, sobressaem o Marketing (base de dados, cross media, medição de resultados), o Editorial (com a impressão de títulos sob demanda, em baixas tiragens), e o segmento de Embalagens. Realizada em 11 de junho, no Hotel Maksoud Plaza, a 2ª Conferência Internacional de Impressão Digital GEDIGI-ABIGRAF 2012, foi realizada pela ABIGRAF-SP em parceria com o GEDIGI, com apoio da ABIGRAF Nacional, do SINDIGRAF-SP e da ABTG. Com 385 participantes de 14 estados, o evento teve presença maciça de executivos do setor, com maioria de presidentes de companhias e profissionais de nível gerencial. RV&A

Indústria Gráfica discutir a responsabilidade socioambiental com crianças

Na semana em que comemoram o Dia da Indústria Gráfica, a ABIGRAF Nacional e o SINDIGRAF-SP, em parceria com o SESI-SP, Instituto Verdescola e Praça Victor Civita, irão estimular o olhar sobre a responsabilidade socioambiental em quem mais pode contribuir para a verdadeira transformação comportamental de que o planeta necessita: as crianças. Marcado para acontecer uma semana após a realização da Conferência Rio + 20, o evento, batizado de Ação na Praça, é uma das ações que integram a primeira Semana da Indústria Gráfica (SIGRA 2012), e acontece no próximo dia 25, na Praça Victor Civita. A iniciativa promoverá a visita de cerca de 140 alunos da unidade SESI Vila Leopoldina, com idades entre 10 e 11 anos, à Praça Victor Civita, na zona oeste de São Paulo, com a finalidade de desenvolver um olhar diferenciado sobre a contribuição da indústria gráfica para o meio ambiente. Abigraf

Percentual de cheques sem fundos é recorde para maio desde 2009, diz Serasa

São Paulo O volume de cheques devolvidos no país cresceu 0,2 ponto percentual em maio, na comparação com o mesmo período de 2011, e fechou o mês em 2,2%, segundo levantamento divulgado hoje (20) pela empresa de consultoria Serasa Experian. A taxa é a maior registrada para o mês desde 2009, quando o percentual de cheques sem fundos foi 2,52%. De acordo com a Serasa, o aumento está relacionado ao endividamento, ao comprometimento de renda e à inadimplência crescentes do consumidor. O Dia das Mães, segundo a empresa, também contribuiu para a elevação do índice. O percentual registrado em maio de 2012 também é maior do que a taxa verificada em abril, quando 2,08% dos cheques foram devolvidos. O crescimento do número de cheques sem fundos também ocorre no acumulado do ano. De janeiro a maio, foram devolvidos 2,08% do total emitido. No ano anterior, o percentual ficou em 1,93%. Em números absolutos, 8.028.491 cheques retornaram em 2012, em um total de 385.768.106 emitidos.

Na comparação entre estados, o Acre permanece com o maior percentual (15,3%), seguido pelo Amazonas (12,73%) e Amapá (10%). A menor taxa (1,67%) foi registrada no estado do Rio de Janeiro.

Na comparação entre regiões, o Nordeste aparece com a maior taxa, 2,1%. A Região Sudeste, por sua vez, apresentou o menor percentual de cheques devolvidos, 1,54%. Agência Brasil **Prévia de sondagem da FGV aponta queda de 0,5% na confiança da indústria**

Rio de Janeiro - O Índice de Confiança da Indústria (ICI) diminuiu 0,5% em junho, em relação ao resultado final de maio, de acordo com o apurado na prévia da Sondagem Industrial da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com a queda, o ICI passa de 103,4 para 102,9 pontos, interrompendo uma sequência de pequenos avanços que vinha sendo registrada desde o início do ano. De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, a redução pode ser atribuída a expectativas do setor menos otimistas em relação aos próximos meses. Entre os componentes do ICI, a prévia apontou uma queda mais acentuada - de 1,6% - no Índice de Expectativas (IE), que ficou em 101,7 pontos, o menor desde fevereiro passado.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) alcançou 83,7% na prévia de junho, o que representa uma queda de 0,2% em relação a maio. Já o Índice da Situação

Atual (ISA) aumentou 0,5%, ficando em 104 pontos, o mesmo patamar de dois meses atrás.

Segundo a FGV, foram consultadas para a prévia 801 empresas do setor, entre os dias 1º e 18 deste mês. O resultado final da Sondagem da Indústria de junho será divulgado no próximo dia 27. Fonte: Agência Brasil **PREVIDÊNCIA SOCIAL ESTÁ EM RISCO** A previdência social passou a vigorar lá pelos idos de 1943, nos fins da Ditadura Vargas. Era o resultado de uma luta de dezenas de anos, e significou um avanço importante para a classe trabalhadora. Mas se o passar do tempo mostrou que a falta de controle e uma visão mais clara por parte dos trabalhadores levou a Previdência a restringir direitos. E hoje as perspectivas são cada vez mais inadequadas. São dois os pontos que chamam mais a atenção. Um deles, o reajuste dos proventos, que a cada ano são feitos em percentuais insuficientes. E o outro, o critério para que um trabalhador possa requerer o benefício. O ex-Presidente FHC criou o chamado Fator Previdenciário, que vigora desde 1999. E os prejuízos são enormes. E inaceitáveis. Estes são dois pontos que precisam merecer a devida atenção das organizações de trabalhadores. O que podemos fazer? Apresentamos abaixo duas propostas para serem avaliadas pelo conjunto dos metalúrgicos e que podem e devem ser ampliadas para outras categorias e não apenas representadas por sindicatos filiados à CTB. Vamos às explicações. **FATOR**

PREVIDENCIÁRIO

As tentativas de extinção do FATOR PREVIDENCIÁRIO esbarram na imposição dos Governos de criação de um outro mecanismo. Como o fator 85 x 95. Ou seja, a para a mulher, a soma da idade mais o tempo de contribuição tem de atingir o fator 85. Para o homem, o total tem de ser 95. E qual a proposta efetiva do conjunto do movimento sindical? **REAJUSTE DO PROVENTO AO APOSENTADO QUE PERCEBE ACIMA DE UM SALÁRIO-MÍNIMO** Os percentuais a cada ano diminuem o valor, pois a soma do PIB mais a inflação não atingem um percentual suficiente. O que não acontece com o aposentado que ganha até um salário mínimo. Apenas como comparação, o último reajuste correspondeu no primeiro caso a pouco mais de 6%, enquanto os demais perceberam acima de 14%. **O QUE PODEMOS E DEVEMOS FAZER?**

A primeira questão, por certo, tem a ver com a realização de reuniões entre as direções das Centrais Sindicais e COBAP. E também Entidades não filiadas. Vamos buscar a elaboração de uma proposta unitária e os encaminhamentos necessários. De nossa parte estamos sugerindo: 1 Da início à prática de realização de Campanha Salarial do Aposentado. E o pontapé inicial pode ser no dia 1º de Maio. 2 As Entidades Nacionais devem discutir uma proposta conjunta e enviá-las às suas bases para as avaliações e modificações; 3 Até o dia 30 de julho, a proposta final deverá estar pronta, para seu encaminhamento aos organismos governamentais; 4 Um assunto da maior importância é o esquema de divulgação, da troca de informações entre as direções e as bases; 5 Levantamento do nome dos parlamentares de cada base, para que sejam contatados no momento dos encaminhamentos do assunto a nível de Congresso Nacional; 6 Alguns pontos importantes: a- Reajuste mínimo equivalente ao reajuste do Salário-mínimo; b- Negociação das perdas dos anos anteriores, com prazo para

a reposição; c- Concessão de um 14º salário; d- Supressão da cobrança de Imposto de Renda sobre os proventos dos aposentados; e- Eliminação do Fator Previdenciário; f- Discussão sobre formas de ampliar o Fundo Previdenciário; g- Criação da Secretaria Nacional dos Aposentados e Pensionistas. Estes são alguns temas a serem debatidos e que servirão de motivação para a busca de um sistema previdenciário que precisamos. **NÃO DÁ PARA ENTENDER**

A extinção do Fator Previdenciário foi votada no Congresso e vetada pelo Presidente Lula. O projeto voltou para a Câmara. E onde está agora? Qual a posição dos parlamentares sobre o assunto? Como exigir que eles tomem uma posição? **QUEM PODE RESPONDER?**

Como sindicalistas sabemos que uma campanha salarial começa algum tempo antes de vencer o Contrato Coletivo anterior. É fundamental estabelecer pontos básicos, entre os quais, o percentual de reajuste. Quem pode dizer QUANTO O APOSENTADO REIVINDICOU DE REAJUSTE O ANO PASSADO? E NOS ANOS ANTERIORES? COMO RECLAMAR ENTÃO QUE NÃO TEM AUMENTO? Vamos mudar isto?

Elaborado por Uriel Villas Boas Secretário de Previdência da Fitmetal.Brasília (DF): **Ministério do Trabalho vai mudar regras para criação de sindicatos**

O ministro do Trabalho, Brizola Neto, já deu início aos esforços para alterar as regras de concessão de registros para entidades sindicais. No dia 8 de maio, o ministro realizou uma reunião com representantes das centrais sindicais para discutir o assunto. Ficou acertado que os sindicalistas apresentariam sugestões para alterar a portaria que define essas regras. No entanto, segundo a assessoria de imprensa da pasta, apenas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical enviaram suas propostas. Embora a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores critiquem as mudanças no comando das Secretarias de Relações de Trabalho adotadas por Brizola Neto, argumenta o Ministério do Trabalho, as três centrais ainda não fizeram contribuições formais ao debate. O mesmo ocorreu com as entidades patronais consultadas.

A Secretaria de Relações de Trabalho é considerada uma área delicada do Ministério do Trabalho. Segundo sindicalistas e empresários, é estratégica para levar adiante a ideia de se acabar com a chamada "fábrica de sindicatos" instalada na pasta. O ministério ainda aguarda as sugestões das entidades que não se manifestaram, mas tocará os estudos sobre a mudança na portaria enquanto não receber as propostas. A ideia de Brizola Neto é dar maior transparência e definir regras que reduzam critérios subjetivos no processo de concessão de registros para entidades sindicais. O ministério não trabalha com um prazo para concluir os estudos e editar uma nova portaria sobre o assunto.

Brizola Neto, há um mês no cargo, mudou toda a cúpula do ministério, numa reforma para tornar a pasta mais dinâmica. Todas as pessoas do alto escalão do período em que Carlos Lupi, presidente do PDT, foi ministro do Trabalho (abril de 2007 a dezembro de 2011), foram demitidas. Com os 160 dias de vacância, entre a renúncia de Lupi e a posse de Brizola Neto, e os 40 dias de reformas, o Ministério do Trabalho "começa o ano" devendo: até abril, segundo dados do Tesouro Nacional, o ministério executou apenas R\$ 112,1 mil em gastos, equivalente a somente 0,2% dos R\$ 89 milhões previstos para o ano.

Os três principais secretários da era Lupi foram demitidos por Brizola Neto: o secretário-executivo, Paulo Roberto Pinto, o secretário de políticas públicas de emprego, Carlo Roberto Simi, e a secretária de relações do trabalho, Zilmara Alencar. Das quatro secretarias do Ministério do Trabalho, apenas o secretário de Economia Solidária, Paul Singer, continua no cargo.

A primeira a cair foi Zilmara, responsável desde março de 2010 pela homologação dos sindicatos no país. Criticada por algumas centrais sindicais, em especial pela maior, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Zilmara será substituída pelo sindicalista Manoel Messias, secretário de saúde do trabalhador da CUT. Antes de Zilmara, a secretaria de relações do trabalho fora ocupada por Luiz Antônio de Medeiros, fundador da Força Sindical.

Brasão direito de Lupi e ministro interino por 160 dias, Paulo Roberto Pinto foi demitido da secretaria-executiva do ministério no dia seguinte à posse de Brizola Neto. O antigo secretário discursou no Palácio do Planalto na cerimônia de posse do novo ministro, e chegou a cogitar a permanência. Para seu lugar, Brizola Neto nomeou o economista Carlos Antônio Sasse, que fora secretário da

Fazenda nos governos Leonel Brizola e Anthony Garotinho no Rio de Janeiro. Sasse deixou o governo Garotinho depois de denunciar um suposto esquema de corrupção envolvendo fiscais do governo.

Já Carlo Roberto Simi, que comandava a principal secretaria do ministério há cinco anos, responsável pela formulação das políticas da pasta, foi substituído por Marcelo Aguiar, que era assessor parlamentar do ministério. A gestão de Simi foi especialmente criticada pela falta de "determinação" e de "objetivos claros", segundo uma fonte na pasta. Além de formular e gerir as políticas do ministério, Simi também presidia o Conselho do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), que nos últimos anos perdeu praticamente todas as suas prerrogativas, em especial a definição de estratégias para qualificar trabalhadores no país.

A última a deixar a pasta foi Ana Paula Silva, diretora de qualificação, vinculada à secretaria de políticas públicas de emprego. Ana Paula deixou o ministério na semana passada para concorrer à Prefeitura de Bombinhas (SC) pelo PDT. Sua substituição ainda não foi definida ontem.

Outros cargos estratégicos do ministério continuam com seus titulares, como Paulo Sérgio de Almeida, presidente do Conselho Nacional de Imigração (Cnig). **Jorge Caetano Fermino**